

Paisagem, patrimônio e produção do espaço no município de Quissamã (RJ): revendo conceitos e estabelecendo algumas relações

Landscape, heritage, and space production in the municipality of Quissamã (RJ): revisiting concepts and establishing some connections

Paisaje, patrimonio y producción del espacio en el municipio de Quissamã (RJ): revisando conceptos y estableciendo algunas relaciones




João Rua ¹  <https://orcid.org/0000-0002-3907-8759>

Bernardo Cerqueira Agueda ¹  <https://orcid.org/0000-0003-2844-5979>

Gabriel de Lima Souza ²  <https://orcid.org/0009-0004-1264-3588>


Joana da Cruz Simoni ³  <https://orcid.org/0000-0001-5824-1147>

Raíssa de Souza Marinho ¹  <https://orcid.org/0009-0007-1624-8149>

- 1 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)  - Rio de Janeiro (RJ), Brasil
- 2 Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC RJ)  - Rio de Janeiro (RJ), Brasil
- 3 Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  - Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Autor de correspondência: vicenteal.puc@gmail.com

Recebido: 17 nov. 2024. Aceito: 21 dez. 2024

Editor de seção: Glaucio Marafon  <https://orcid.org/0000-0001-9510-7094>

Resumo

Considerar a paisagem como uma totalidade composta por elementos culturais, mas também elementos do chamado quadro natural deveria ser um procedimento mais comum na ciência geográfica. Mesmo considerando que o cultural se superponha ao natural nos dias atuais, ainda assim devem ser enfatizadas as interações entre os dois elementos. Da mesma maneira ocorre com relação ao conceito de patrimônio, no qual também os componentes culturais e naturais deveriam ser considerados em conjunto. Parece-nos muito difícil separar materialidade e imaterialidade quando se desenvolvem as políticas de patrimonialização e o jogo de interesses entre os sujeitos sociais envolvidos nessa ação se explicitam. Tomamos como exemplo o município de Quissamã na região Norte Fluminense para conduzir a nossa reflexão sobre paisagem e patrimônio, apontando algumas das disputas simbólicas que nele se observam particularmente entre quilombolas, prefeitura e tradicionais donos de fazendas.

Palavras-chave: Paisagem, patrimônio, Quissamã, disputas simbólicas, Quilombo Machadinho.

Abstract

Considering the landscape as a whole composed of cultural elements, as well as elements from the so-called natural framework, should be a more common approach in geographic science. Even though cultural elements currently overshadow natural ones, interactions between these two sets of elements should still be emphasized. Similarly, the concept of heritage should also consider cultural and natural components together. It seems challenging to separate materiality and immateriality when implementing heritage policies, especially as the interplay of interests among the social actors involved becomes evident. We take the municipality of Quissamã, in the Northern Fluminense region, as an example to reflect on landscape and heritage, highlighting some of the symbolic disputes observed there, particularly among quilombola communities, the local government, and traditional farm owners.

Keywords: heritage, Quissamã, symbolic disputes, Quilombo Machadinho.

Resumen

Considerar el paisaje como una totalidad compuesta por elementos culturales, así como por elementos del llamado marco natural, debería ser un procedimiento más común en la ciencia geográfica. Incluso considerando que lo cultural actualmente se superpone a lo natural, las interacciones entre estos dos conjuntos de elementos aún deben enfatizarse. De manera similar, el concepto de patrimonio también debería considerar conjuntamente los componentes culturales y naturales. Parece difícil separar la materialidad de la inmaterialidad al desarrollar políticas de patrimonialización, especialmente cuando se hacen explícitos los intereses de los actores sociales involucrados en esta acción. Tomamos como ejemplo el municipio de Quissamã, en la región Norte Fluminense, para reflexionar sobre el paisaje y el patrimonio, señalando algunas de las disputas simbólicas observadas allí, particularmente entre las comunidades quilombolas, la alcaldía y los tradicionales propietarios de haciendas.

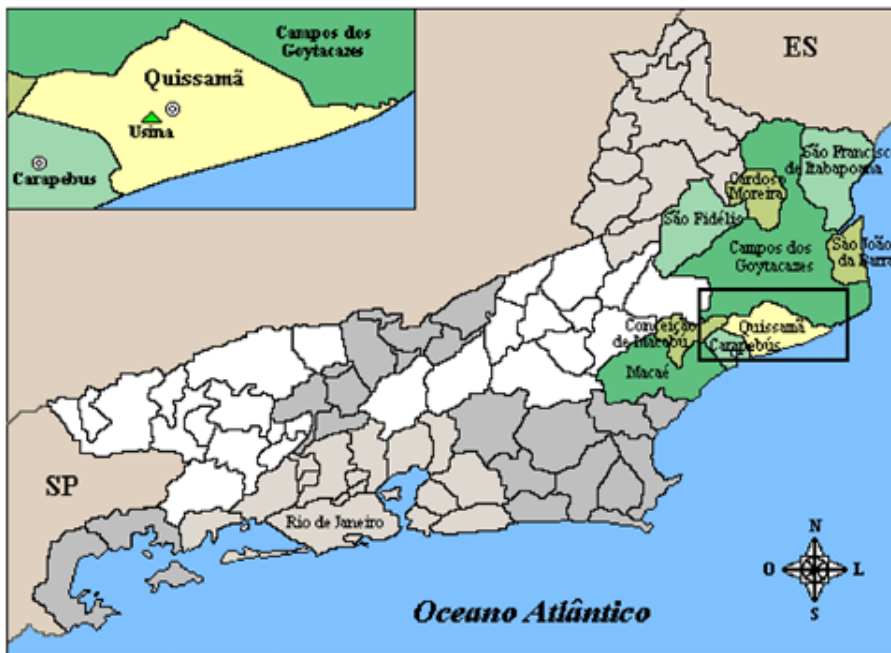
Palabras-clave: Paisaje, patrimonio, Quissamã, disputas simbólicas, Quilombo Machadinho.

Introdução

Com este trabalho pretende-se retomar algumas reflexões apresentadas em Rua (2003), as quais apontavam para um movimento de transformação do espaço no município de Quissamã, fruto de uma série de fenômenos que se entrecruzavam e se (re)espacializavam consoante as relações de poder que também iam se transformando, simultaneamente com as disputas simbólicas¹ a respeito dos projetos políticos/ideológicos/identitários que se percebiam no início do século XXI.

O município de Quissamã situa-se na Região Norte-Fluminense, conforme o mapa a seguir, e, segundo dados do IBGE (2021), possui 660 km² de superfície e cerca de 25 mil habitantes. Tradicionalmente, sua economia tem sido, por séculos, baseada na agricultura canavieira, a qual, desde as últimas décadas do século XX, foi sendo ultrapassada pelas rendas oriundas da produção petrolífera, a qual se coloca, hoje em dia, como base econômica para toda a Região Norte-Fluminense e para o município de Quissamã, em particular. Esta superposição do petróleo à cana-de-açúcar acontece simultaneamente a mudanças de caráter político e cultural, as quais vão afetar as relações sociais, especialmente as que se situam nos campos simbólico e identitário.

Figura 1. Mapa de Localização do Norte Fluminense e do Município de Quissamã.



Fonte: Rua, 2003.

Atualizando o apresentado pelo autor supracitado, os fenômenos acima referidos podem ser sintetizados nos seguintes:

- i) a força da espacialidade tradicional apoiada na secular lavoura canavieira, nos suntuosos casarões-sede das fazendas e residências das famílias

¹ “Disputas simbólicas” é um termo apresentado por Melo (2022), referente a um caso específico de relação entre um setor administrativo/da cultura e o movimento quilombola da Fazenda Machadinha. A isso voltaremos na segunda parte deste trabalho. Entretanto, para nós, esse termo será utilizado para se referir a distintas relações conflituosas entre os diferentes sujeitos sociais que definem a política do município.

descendentes da casa de Araruama e no poder político-econômico que por séculos exerceram (e alguns ainda exercem).

- ii) a crise estrutural da lavoura canavieira ao longo da maior parte do século XX que foi minando o poder econômico dessas famílias, tornando-as cada vez mais dependentes financeiramente da Usina (Engenho Central de Quissamã), à qual muitos hipotecaram suas terras e residências e alguns acabaram por perder seus haveres. Atualmente (segunda década do século XXI) continuam a perceber-se aceleradas transformações na estrutura espacial do município, como já anunciamos, na qual a cana de açúcar deixa de ter predominância como atividade econômica; boa parte dos casarões-sede das antigas fazendas constitui-se apenas em potencial patrimônio cultural, não sendo habitados e estando em mau estado de conservação, como veremos.
- iii) o papel da onipresente Usina como reestruturadora do espaço no município, desde sua inauguração em 1877, ao irradiar uma rede ferroviária que alcançava a maioria das fazendas e a Vila de Quissamã, e que foi responsável por um reposicionamento dos antigos donos de Engenho transformados em fornecedores de cana para a pioneira agroindústria. A lavoura canavieira, graças à instalação do Engenho Central, às conexões ferroviárias com a rede da Leopoldina Railway e à abertura do Canal Campos-Macaé, ganhou uma exclusividade como atividade econômica que vai marcar a paisagem quissamaense até o início do século XXI. Nas últimas duas décadas, a lavoura canavieira vem tendo sua área de produção bastante diminuída, assim como a quantidade produzida, como veremos no ponto seguinte.
- iv) o desenvolvimento das atividades petrolíferas na Bacia de Campos, fortalecida a partir dos anos 1990 que passou a destinar *royalties* às prefeituras da maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro e particularmente com maior aporte de verbas para os municípios confrontantes com a referida área de exploração no Oceano Atlântico, dentre os quais se destaca Quissamã. O petróleo e seus *royalties* encontraram a lavoura canavieira em crise e, com os recursos oriundos da exploração petrolífera, foi sendo criada a principal fonte de renda para Quissamã, representando 50% de tal arrecadação (NEVES e FARIA, 2019). Mesmo levando em conta os outros tipos de produção agropecuária (porco, rebanho bovino, soja), o setor agropecuário representa apenas 0,6% do PIB². A título de exemplo, podemos ver que a produção canavieira caiu de 700.000 toneladas em 2004 para 20.000 toneladas em 2023; a área cultivada da cana-de-açúcar decresceu de 14.000 hectares para 330 hectares (IBGE, 2024). Nesse mesmo período, os *royalties* oriundos da produção petrolífera recebidos anualmente pelo município, subiram de 46,88 milhões para 216,96 milhões³.
- v) Já em fins do século XX e início do século XXI, podem se observar nítidas alterações no direcionamento dos investimentos e na nova estrutura de poder, na qual um novo setor urbano administrativo delineava outros “destinos” para o município, associados à recente base de sustentação municipal (*os royalties*). Se antes a oligarquia tradicional se integrava mais a Macaé e muito tenuemente a Niterói e à cidade do Rio de Janeiro, os sujeitos sociais que vão emergindo desse novo quadro econômico apontam para uma rede de relações muito mais complexa. Após a emancipação municipal em janeiro de

² DADOS OBTIDOS EM [https://www.caravela.info/regional/quissam%C3%A3--rj#:~:text=O%20PIB%20da%20cidade%20C3%A9,agropecu%C3%A1ria%20\(0%2C6%25\)](https://www.caravela.info/regional/quissam%C3%A3--rj#:~:text=O%20PIB%20da%20cidade%20C3%A9,agropecu%C3%A1ria%20(0%2C6%25).). 2024. Acesso em: 5 dez. 2024.

³ DADOS OBTIDOS EM <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

1989, o município participa de redes jurídico-político-administrativas, mas também financeiras, empresariais e empregatícias, das quais estava excluído enquanto distrito de Macaé.

- vi) a relevância de um processo de construção de uma identidade quissamaense, na qual mais se explicita uma disputa simbólica entre (re)significação/(re)criação da tradição (paisagem tradicional) e a busca de um mito fundador ao se reforçar as raízes africanas da maior parte da população do município descendente de escravos. Nesse aspecto, pode ser destacada a ressignificação do patrimônio cultural municipal e a emergência do turismo como possibilidade de reforço na constituição da renda municipal, mas também na valorização de distintas narrativas como objeto de consumo turístico, da visita aos casarões senhoriais (grande parte em ruínas) e de passeios ecológicos à Restinga de Jurubatiba⁴ e à Lagoa Feia. Aí podem ser observados dois vetores relevantes na patrimonialização de bens culturais e naturais do município simbolizados no reconhecimento do Quilombo Machadinho e na definição da Restinga de Jurubatiba como área protegida.

Os pontos elencados anteriormente merecem ser revisitados vinte anos depois e provocam novos questionamentos. Como as espaço-temporalidades em disputa no início do século XXI se apresentam atualmente? Como as relações de poder foram se recompondo nestas duas últimas décadas? Que novas geografias foram emergindo desse complexo jogo multiescalar protagonizado pelos sujeitos sociais que se relacionam com os fenômenos apontados acima, muitas vezes em cruzamentos difíceis de identificar?

Apresentamos Quissamã como evidência empírica de nossas reflexões por ser esse município fluminense um exemplo de paisagem geográfica em acelerada mudança e por nele virem sendo postas em prática distintas políticas de patrimonialização de bens culturais e físico-naturais. O conjunto desses bens constitui-se em precioso elemento de análise para aqueles que pretendem explicitar alguns confrontos/conflitos/dilemas políticos que estão sendo participados pelos distintos sujeitos sociais produtores do espaço quissamaense. Tanto a paisagem quanto o patrimônio servirão de viés analítico para melhor se compreender as forças que atuam na produção do espaço desse município.

Além disso, poucos outros lugares evidenciam tão claramente o jogo de poder entre o “velho” poder hegemônico da oligarquia canavieira e o “novo” poder dos grupos sociais ligados à administração e aos serviços, fortemente apoiados nos *royalties* oriundos da exploração petrolífera. É claro que não se deve perceber esse “conflito” balizado por momentos bem definidos, mas sim como uma permanente relação social entre sujeitos políticos. Nesses momentos, pode ser observada uma espécie de transição no jogo de poder inerente a essas relações sociais. Sobre o jogo de poder e a transição entre o velho e o novo, assim se expressou o geógrafo Milton Santos (1982, p. 54), quando escreveu que: “devemos sempre nos lembrar de que, em um período de transição, as antigas classes dominantes não estão ainda completamente desprovidas de sua força e a luta entre o novo e o antigo é uma luta de morte”.

Não podemos simplificar o jogo de forças que se explicita no município há séculos e no qual pouco foi demonstrado o papel dos trabalhadores escravizados e da sua cultura fortemente fincada em raízes africanas. Percebe-se que a força dessa cultura conseguiu abrir “brechas” do bloco hegemônico tradicional e impor-se como um terceiro elemento de marcada expressão no referido jogo de poder local. Portanto, não se trata apenas de uma oposição dos setores urbanos aos senhores das antigas fazendas. A busca de um reconhecimento das raízes africanas da maior parte dos moradores do município explicita um projeto de identidade

⁴ O parque nacional da Restinga de Jurubatiba constitui a maior extensão de restingas em área protegida em todo litoral brasileiro. Estende-se pelos municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã, tendo neste último sua maior área.

racial/cultural, o qual vem “contagiando” tanto residentes em áreas rurais do município quanto os que vivem em áreas urbanas, tendo sido abraçado por boa parte das novas elites políticas, não mais ligadas ao setor canavieiro.

Como exemplo desse último movimento, pode ser observado a luta que culminou com o reconhecimento do quilombo Machadinha e de sua importância como marca definitiva para o patrimônio antes já bastante rico do município. A esse assunto voltaremos em outro momento do trabalho.

É preciso referir que o município destacado não será percebido como unidade isolada ou apenas fragmento de uma totalidade, mas como parte de um jogo de interações múltiplas. Assim, ao se privilegiar a abordagem transescalar, em que todo e partes são, simultaneamente, percebidos, tenta-se ultrapassar qualquer dicotomia. É nessa perspectiva que procuramos compreender Quissamã. Torna-se necessário refletir sobre esse espaço e sobre o que representa de significativo para a compreensão de processos gerais e de suas manifestações locais. É o que buscamos fazer, com tudo de complexo que o ato de refletir acarreta.

O conjunto das “modernizações” vai corresponder aos diversos momentos de integração de Quissamã às transformações que se têm verificado no cenário geral de movimento do capitalismo no Brasil. Quer dizer, não se trata de compreender o local de estudo como empreendedor de seu “desenvolvimento modernizador”, mas investigar as condições históricas que propiciaram as “leituras” particulares do movimento geral, em cada momento, gestando aquela integração relacionada a cada divisão social e territorial do trabalho.

Em cada momento histórico, o processo de estruturação de uma dada sociedade apresenta uma constante redistribuição/revalorização dos elementos componentes do seu espaço. Esta redistribuição/revalorização baseia-se em condições pré-existentes, isto é, formas herdadas - rugosidades (SANTOS, 1996), provenientes de momentos anteriores e, como formas espaciais, duram mais do que os processos que as engendram.

Este trabalho está dividido em duas partes excluindo-se esta introdução e as considerações finais. A primeira parte apresentará uma análise da paisagem geográfica de Quissamã percebendo-a como um espaço-representação, à maneira de Haesbaert (2014) quando discute a paisagem dentro de uma constelação de conceitos cujo “Sol” é constituído pelo espaço. A paisagem também será compreendida por nós como uma totalidade formada por elementos naturais e culturais, seguindo uma perspectiva apontada por Besse (2014) quando nos demonstra a possibilidade de “abrir” os estudos desse conceito através de diversas portas, encontrando numa delas o destaque para a relação sociedade-natureza, que muito vai nos interessar neste artigo.

A segunda parte do trabalho procurará demonstrar a relevância que os estudos sobre o patrimônio e as políticas de patrimonialização ganham como elemento revelador das relações de poder numa dada sociedade e, em nosso caso particular, na de Quissamã, que tomamos como exemplo. Nesse sentido, utilizaremos como base referencial para subsidiar a análise desse ponto, os trabalhos da geógrafa Rita de Cássia Cruz, de quem utilizaremos a ideia de “patrimonialização do patrimônio”, isto é, a institucionalização do patrimônio e suas repercussões contraditórias na produção do espaço.

A paisagem geográfica de Quissamã: Revelando e ocultando relações de poder que marcam a sociedade local

Ao se debruçar sobre a paisagem de Quissamã, percebe-se que se está de frente aos desafios já propostos por autores como Maciel e Barbosa (2021), ao escrever que a paisagem

expressa um nó górdio da Geografia. Apontaram os referidos autores, apoiados em Corrêa e Rosendahl (1998), que:

(...) uma clivagem filosófica de fundo permanecia importante, qual seja, adeptos das representações subjetivas do olhar, de um lado, em contraste com defensores da necessidade de descrição das conformações naturais e culturais do espaço. Tal encruzilhada, nó górdio de toda Geografia da paisagem (MACIEL, 2002), nos seguia e segue assombrando até hoje, muito embora avanços significativos possam ser notados para a superação de maniqueísmos. (MACIEL e BARBOSA, 2021,p.1)

Percebem-se aí as múltiplas dimensões analíticas e práticas que o conceito “paisagem” propõe para nós, geógrafos. Natureza e sociedade em interação, alcance da visão, janela para o mundo ou aparência do espaço são maneiras de contornar a complexidade que nos desafia. Se observamos as múltiplas dimensões da paisagem quissamaense, logo nos defrontamos com uma série de elementos naturais, como lagoas, tabuleiros terciários e a Restinga de Jurubatiba, os quais foram culturalmente abarcados e integrados aos casarões senhoriais, extensos canaviais, palmeiras imperiais, constituídos há séculos como paisagem dominante, seguindo a perspectiva de Cosgrove (1998), autor que retomaremos adiante. Sim, há uma paisagem dominante cuja materialidade pode ser percebida, tocada e usada se nos ativermos à perspectiva funcional.

Entretanto, explicita-se, também, uma imaterialidade sentida nos símbolos e signos que a classe dominante que se apossou dessa paisagem também foi valorizando e colocando para todos a força ideológica de tal dominação, reforçando a estrutura conservadora da sociedade local. Sobre a relação entre paisagem e poder, escreve Cosgrove (1998, p. 112) que a paisagem pode ser um dos meios através dos quais o grupo dominante tem o seu poder “sustentado e reproduzido, em grande medida, pela sua capacidade de projetar e comunicar (...) para todos os outros grupos, uma imagem de seu mundo, consoante com sua própria experiência, e ter aquela imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de todos”. Essa imagem de seu mundo reflete ao mesmo tempo uma certa expressão ou estrutura organizacional correspondente ao modo de produção, como colocava Marx, quando afirmou que “os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material, produzem, também, os princípios, as ideias e as categorias de acordo com suas relações sociais.” (MARX, 2017, p. 102).

Uma paisagem dominante expressa as relações de hegemonia de uma dada sociedade, e, portanto, não é mero produto passivo, mas um elemento fulcral para condicionar a produção do espaço. Em Quissamã não é diferente: as palmeiras imperiais, símbolos de realeza que ornamentam a entrada dos grandes casarões, juntamente com o partido arquitetônico francês dessas mansões senhoriais, demonstram, num aspecto mais simbólico, as relações de poder materiais/imateriais que atravessam a sociedade local.

Se existe uma paisagem dominante é porque também existe uma paisagem dominada/hegemonizada. Materialmente, algumas senzalas ainda existentes expõem a estratificação social que vem de vários séculos; imaterialmente e simbolicamente, os cantos, as danças, a religião e alguns costumes, ainda evidenciam resistências à hegemonia de alguns. Dizemos paisagem dominada, continuando a seguir as formulações de Cosgrove, citado acima, para deixar explícito que se trata de uma paisagem que vem sendo invisibilizada há muito tempo, mas, nos tempos atuais, explicita sua força e resiliência.

Vale lembrar que as representações da paisagem de Quissamã por muito tempo foram efetuadas através de quadros que mostram a austeridade dos nobres senhores de engenho, a harmonia de suas famílias, a beleza dos casarões, a opulência comedida e os tranquilos trabalhadores rurais “aceitando seu destino”. A violência da escravidão e as precárias condições de vida que a sucederam, além de não serem mostradas, foram, por muito tempo,

omitidas. Como exposto em Melo (2022), ao recordar uma situação conflituosa ligada à construção da memória no Quilombo da Machadinha, no município de Quissamã (que será retomada mais adiante),

Esse processo de constituição de uma genealogia étnico-histórica [...] que aqui tomo como representativa da elite quissamaense, realiza uma operação que é exemplar de que “a história é jogo de revelação e encobrimento, de manifestação e ocultação” (ROSSI, 2010). Não é tão incomum na construção de discursos públicos a supressão de eventos ou personagens. Tais eventos e protagonistas [...] são ocultados das narrativas não porque a recordação seja obrigatoriamente traumática para o grupo, mas porque pode ser “politicamente inconveniente” se referir a eles. (MELO, 2022, p. 406)

É possível efetuar um paralelo com o estudo crítico das representações desenvolvido por Henri Lefebvre. O filósofo francês nos mostra que as representações simultaneamente mascaram e revelam a realidade, e, assim, “não são falsas nem verdadeiras, mas ao mesmo tempo falsas e verdadeiras: verdadeiras como resposta a problemas ‘reais’ e falsas como dissimuladoras de objetivos ‘reais’” (LEFEBVRE, 2006, p. 62, tradução nossa). O exercício de desvendar as representações - aproximações ou “mediações” para a apreensão da realidade, na concepção do autor - é fundamental para a construção de uma visão antiessencialista do espaço-tempo, e, conseqüentemente, da paisagem.

Vindo de dentro e de fora do sujeito (LEFEBVRE, 2006) e indissociáveis das relações sociais de produção, as representações são os meios pelos quais interpretamos a realidade e, por consequência, agimos sobre ela. Assim, elas simultaneamente possibilitam e limitam nossos projetos e concepções de mundo. Daí decorre a necessidade de trabalhar a paisagem também como produto, como conjunto de representações, com significados e intencionalidades que legitimam e deslegitimam valores dos diversos grupos que a produzem.

Essa perspectiva faz-nos recorrer novamente ao geógrafo Dennis Cosgrove, autor que alimenta a nossa preocupação de valorizar na paisagem os aspectos políticos que ela apresenta tanto na sua materialidade como em sua imaterialidade. Muito já foi escrito sobre a relevância de Cosgrove nos estudos da paisagem em Geografia, demonstrando sua ultrapassagem em relação à visão saueriana, mesmo sem descartar essa última abordagem.

Há diversos outros autores que embasam essa perspectiva política/simbólica/cultural da paisagem. Duncan (1990), Corrêa e Rosendahl (1998) e Berque (1998) têm nos conduzido a essa perspectiva, valorizada sobretudo na chamada Geografia Humana, mas, desde o início, nos referimos à importância dos aspectos naturais da paisagem, os quais, cada vez mais, mereceriam maior relevância. Em nosso caso de estudo, o município de Quissamã, essa dimensão natural revela-se, sobretudo, pelo destaque dado à Restinga de Jurubatiba, principalmente desde sua delimitação e oficialização em 1998.

No Norte Fluminense, as formações litorâneas da região (com intensos processos de retrogradação – avanço do mar sobre o continente, no período atual) impediram e impedem até hoje a existência de bons portos naturais (o único é Imbetiba, em Macaé, no extremo sul da região), o que sempre dificultou as ligações externas. Com isso, as direções do povoamento seguiram os eixos dos rios Paraíba do Sul, Macabu e outros tributários da Lagoa Feia, a partir do centro da planície (onde está Campos dos Goitacazes, aproximadamente) em busca de boas pastagens ou dos ricos solos de massapê. A destruição das matas foi efetuada na medida em que se expandiam as atividades agropecuárias e se buscava lenha para os engenhos e usinas, mas também como combustível doméstico e das locomotivas. O litoral retilíneo de cerca de 250 quilômetros, sendo 60 em Quissamã, sem qualquer apoio para um porto, demonstra bem as dificuldades dos primeiros povoadores que tentaram fundar o núcleo inicial deste município numa pequena ilha do Rio Furado, em meio a vários braços de rios que drenavam a Lagoa Feia, divagantes em seus leitos ao sabor das marés, das correntes e dos ventos. O

núcleo inicial foi logo transferido para os solos de tabuleiro e de massapê, como ocorreu com a Casa de Mato de Pipa, a partir de onde se adensou o povoamento. Com essa direção do povoamento, do interior para o litoral, o ecossistema das restingas em Quissamã ficou bastante preservado, o que permitiu o estabelecimento do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (o maior ecossistema de restingas no Brasil), em 1998.

O movimento de proteção e preservação da restinga foi abraçado pela população do município e, se já antes constituía-se num quadro referencial de identidade, após a oficialização como área protegida, estreitou-se mais ainda a relação desse ecossistema costeiro com os habitantes do município. Suas lagoas entre os diversos cordões arenosos, suas praias, e sua vegetação de densidade bastante variada, constituem-se em mais um símbolo para Quissamã, demonstrando, assim, que o “natural” da paisagem pode ser incorporado ao “cultural”, formando uma totalidade que se apresenta íntegra aos olhos do observador e reiterando o que já foi apontado acima acerca dos antagonismos objetividade versus subjetividade e materialidade versus imaterialidade, discussão elaborada de forma sintética por Silva (2020). Estaríamos nos defrontando novamente com o nó górdio apontado no início desta reflexão sobre paisagem.

Essa percepção pode ser reforçada pelo filósofo Enrique Dussel, que nos mostra que a beleza natural, situada como mero fato no mundo, leva à manifestação de signos externos, obras humanas. Ou seja, os diversos aspectos da estética natural, partindo da propriedade física subsumida como bela no mundo, são desdobrados para constituir um fenômeno humano no qual a beleza alcança novos modos de manifestação, configurando uma estética cultural, humana, histórica (DUSSEL, 2019, p. 14-15).

Essa incursão pela relação paisagem natural/paisagem cultural, remete-nos a outros três autores que bem estabelecem essa interação. O primeiro é o geógrafo Aziz Ab'saber, que assim se expressou: “(...) A paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades.” (AB'SABER, 2003, p 9).

A segunda autora é a historiadora Emily Russell (1997), a qual destacou a história escondida na paisagem quando escreveu que: “(...) as influências humanas passadas são cumulativas e sobrepostas umas às outras e às mudanças no clima”. Além disso, continua a autora: “(...) a onipresença do impacto humano significa que é muito difícil, se não impossível, encontrar sistemas desprovidos de influência humana”. (RUSSEL, 1997, p. 4)

O terceiro autor é o historiador e filósofo Jean-Marque Besse, que escreveu que:

Podemos, entretanto, perceber hoje, de forma geral, cinco possíveis "entradas" nessa questão, cinco problemáticas paisagísticas que coexistem no pensamento contemporâneo e que não se superpõem exatamente, é verdade, embora possam ser, às vezes, articuladas umas às outras. Assim, a paisagem é considerada como uma representação cultural (principalmente informada pela pintura), como um território produzido pelas sociedades na sua história, como um complexo sistêmico articulando os elementos naturais e culturais numa totalidade objetiva, como um espaço de experiências sensíveis arreadas às diversas formas possíveis de objetivação, e como, enfim, um local ou um contexto de projeto (...) Essas diversas concepções ou posições convivem na "cultura paisagística" contemporânea, conferindo, dessa forma, à análise dessa cultura uma verdadeira riqueza e uma real complexidade. Na atualidade, trabalhar de um ponto de vista teórico sobre a questão da paisagem supõe que se aceite considerar, pelo menos provisoriamente e como hipótese, a justaposição e a superposição desordenada desses diferentes discursos e pontos de vista sobre a paisagem (BESSE, 2014, p.12).

Ao fazermos essas referências desejamos participar do debate bastante ativo entre as distintas “entradas” para o estudo da paisagem, como nos demonstrou Besse, acima citado, do qual destacamos a terceira “porta”. Sobre ela, Maciel e Barbosa (2021) escreveram que se refere àquela que “articula a natureza e a sociedade sem se limitar a uma combinação entre ambos, mas considerando a mediação na totalidade dos elementos” (MACIEL e BARBOSA, 2021, p.4). No exemplo de Quissamã, as interações sociedade/natureza ficam muito marcadas principalmente pela importância que adquiriu a Restinga de Jurubatiba após sua demarcação, como já apontado.

Para encerrar essa breve digressão sobre o conceito de paisagem e da sua relevância para a compreensão do movimento que se observa no espaço quissamaense, no qual paisagem “natural” e “cultural” se interconectam, procuramos nos apoiar em Berque, que enfatiza a paisagem enquanto mediação, que integra o meio ecológico, os sistemas técnicos e a esfera simbólica da humanidade (SOUZA, 2017, p. 28) e expressa, destarte, o arranjo de uma experiência no mundo. Entretanto, segundo o autor: “a *mediance* não é somente uma subjetivação do mundo. A trajetividade que a funda não é a subjetividade. Na *mediance*, há tanto uma assimilação do sujeito ao ambiente quanto uma assimilação do ambiente ao sujeito.” (BERQUE, 1998, p. 102 apud SOUZA, 2017).

Uma vez que a *mediance*, na concepção de Berque, expressa e reproduz as relações específicas de uma sociedade com seu ambiente (SOUZA, 2017, p. 36), entendemos que o estudo da paisagem exige concebê-la na totalidade de relações que a condicionam, a partir de interconexões complexas e multiformes. A paisagem, portanto, não deve ser entendida de forma isolada, mas sempre em situação de interrelação de aspectos econômicos, políticos e culturais que marcam o vínculo sociedade–natureza.

Sintetizando as formulações acima apresentadas, recorremos a Diegues (2001, p. 63), que, a partir de Godelier (1984), escreve:

[...] nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza pode começar sem a existência de representações [...]. Em suma, no coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente.

A força que a ideia de representação adquire nos estudos da paisagem lembra-nos as formulações de Haesbaert (2014), que a entende em meio a um sistema ou constelação de conceitos, heterogêneos e dinâmicos pelas relações internas e externas que constituem. Segundo esse autor, como categoria principal ou “astro central” da constelação de conceitos da ciência geográfica, o espaço tem como “foco” a dimensão espacial da relação sociedade-natureza. O espaço, em sua relação indissociável com o tempo, se impõe frente aos demais conceitos da Geografia, iluminando-os. Assim, projeta esta “luz” para problemáticas particulares, constituindo relações próprias e, a partir delas, novas derivações conceituais. O “foco” do conceito de paisagem, segundo o autor, recairia, especialmente nos dias de hoje, sobre o campo das representações. Dessa forma, desenvolvemos este trabalho ao redor da ideia de paisagem como “espaço-representação”. (HAESBAERT. 2014, p.34)

Nesse momento do texto, reestabelecemos uma relação entre representação, totalidade e mediação, ideias que parecem centrais para compreender a realidade paisagística de Quissamã. A paisagem quissamaense enquanto “espaço-representação” revela-nos embates que alcançam as dimensões simbólicas e políticas.

Foi num longo período que se desenhou a “paisagem-matriz” (BERQUE 1998, p. 86), que participa da cultura e da montagem de uma nova relação sociedade-natureza ao se

transformar numa série de signos para a sociedade local e se tornar fator importante para a construção da identidade quissamaense. Diz o autor supracitado, na mesma página, que

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética, essa moral, essa política, etc. (BERQUE, 1998, p. 86).

Dentro da estrutura herdada (ao mesmo tempo material e simbólica) do município em estudo pode-se incluir, como marca mais tradicional, a própria paisagem canavieira, no sentido de ser uma herança da *plantation* escravagista e constituir um conjunto de formas visíveis (COSGROVE, 1998, p. 121) na superfície da terra. Essa paisagem, marca e matriz (BERQUE, 1998) vem sofrendo transformações muito pronunciadas. Os canaviais praticamente desapareceram do território municipal; as fazendas senhoriais apresentam-se, em boa parte, como ruínas; a antiga e onipresente Usina, há muito desativada, viu alterada a sua fisionomia após sucessivos desabamentos e até mesmo o projeto de transformá-la em museu tem apresentado dificuldades em ser implementado. Com isso, a tradicional paisagem de canaviais, palmeiras e casarões, tensionada pelas distintas modificações políticas, sociais e econômicas pelas quais vem passando o município, vê-se cada vez mais restrita aos símbolos oficiais, nos quais consta, também, o petróleo.

Parece um certo exagero reduzir a tradicional paisagem a símbolos. Entretanto, movimentos sociais mais recentes têm demonstrado que a ideia de que essa paisagem dominante, constituindo-se em marca e matriz da paisagem quissamaense, vem sendo contestada projetando outros símbolos ligados à ressignificação da importância da constituição étnica do município naquilo que se refere à valorização das raízes africanas e dos marcantes traços culturais e materiais (fado, jongo, culinária e senzalas), os quais ficaram invisibilizados por séculos. Esse movimento de revalorização das origens étnicas vem se desdobrando em novas tensões, que, pelo menos, contestam a paisagem-marca e matriz hegemônica de senhores, casarões e canaviais. Ao efetuarmos essas reflexões sobre paisagem, particularmente a do município de Quissamã, procuramos percebê-la também como patrimônio cultural e natural, tornando-se assim objeto de intervenções políticas de largo alcance, como será apresentado na parte seguinte deste trabalho.

Política de patrimonialização ou patrimonialização política: outra face das disputas simbólicas no município de Quissamã

Ao refletirmos sobre a paisagem geográfica do município de Quissamã percebemos que ela explicita algumas das disputas simbólicas, relativamente invisibilizadas, mas manifestadas ao longo de séculos. Se observamos paisagens dominantes e dominadas, percebemos também que em algumas das referências bibliográficas utilizadas para melhor compreender o conceito paisagem, havia ligações com herança e passado. Sim, se há um passado/presente físico-natural, com herança em diversas manifestações do relevo, da hidrografia e da vegetação do município, percebem-se com maior destaque as heranças culturais de um passado de opulência apoiado no trabalho escravo, do qual as senzalas são expressão viva. A ideia de opulência ligada aos casarões senhoriais das antigas fazendas canavieiras, como vimos, boa parte em ruínas e as senzalas antes em ruínas, hoje veem-se restauradas e ganham algum destaque como herança de um passado de servidão e evidenciam o predomínio dos negros entre os habitantes de Quissamã.

Parecem terem existido dois modos de vida (senhores e escravos) que se entrecruzaram por séculos e que nos mostram relações de poder extremamente hierarquizadas, nas quais

foram destacados os elementos de uma origem europeia dos descendentes da família Araruama em suas múltiplas ramificações. A história heroica das origens de Quissamã já foi muito referida, levando-nos às expedições dos sete capitães, heróis na resistência contra franceses e holandeses na região da Baía de Guanabara, os quais receberam, como recompensa de seus atos de bravura, as terras do atual Norte Fluminense. Percebe-se a construção de um mito fundador do atual município com uma matriz hegemonicamente branca. Ao mesmo tempo, há referências a um negro encontrado entre os indígenas da região por uma das expedições dos sete capitães que, segundo consta, se disse originário da nação *kissama* em Angola, na África. Essa referência ao negro de *kissama* tem servido fundamentalmente para justificar o nome Quissamã do atual município. Entretanto, as raízes históricas oficiais sempre enfatizaram a origem nobre dos fundadores e dos mantenedores do poder político até muito recentemente. Nas últimas duas décadas tem havido um movimento de destaque da versão já mencionada nas origens africanas da população do município. Como discutiremos mais adiante é neste mito fundador que repousam as bases da identidade quissamaense. Observa-se assim mais o aspecto das disputas simbólicas entre um mito fundador branco que tem perdurado e um outro mito fundador negro que se fortalece. Essas disputas interferem decisivamente nas políticas de patrimonialização em execução no município.

Se fazemos essas reflexões no momento de discutir o patrimônio cultural e natural do município é porque pensamos que o ato de patrimonializar um bem é uma decisão política. Quem decide o que vai ser patrimonializado? Quem comanda a escolha dos bens patrimonializáveis? Como se estabelecem as políticas de patrimonialização em nível nacional, estadual ou municipal? Essas interrogações nos fazem reforçar o conteúdo político das políticas de patrimonialização. Para nós estas expressam as, já aludidas, disputas simbólicas travadas em uma dada sociedade, localmente situada. Assim retomamos as ideias de herança e de passado, às quais já nos referimos.

De início pensamos refletir sobre o significado de patrimônio, para depois elucidarmos os distintos momentos da patrimonialização do patrimônio quissamaense e desvelar os emaranhados políticos que vão sendo percebidos em cada um desses momentos. Nas palavras de Cruz (2012):

(...) não há patrimônio, seja ele material ou imaterial, que não seja cultural. Todavia, a cultura “diz respeito a valores” e valores são definidos no complexo jogo de forças presente no interior de uma sociedade. Daí gestar-se, no âmago da cultura, a invenção, histórica e socialmente construída, de “patrimônio cultural”, como uma espécie de dimensão aurática da herança material e imaterial transmitida de geração em geração. (CRUZ, 2012, p.95)

Ressaltamos, em acordo com o que a autora apresenta, o patrimônio enquanto uma dimensão que é criada, produzida e alimentada através de narrativas e interesses específicos, dentro de um contexto mais amplo de disputa de forças.

Ainda em diálogo com a autora supracitada, percebemos que a cultura está sempre em movimento, em transformação, consoante os momentos em que ela se expresse. Em Quissamã, um momento chave para a constituição do patrimônio cultural do município foi o período de apogeu da lavoura canavieira entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, como já foi apresentado. Daí resulta uma série de monumentos (casarões, senzalas, capelas) que vão constituir um conjunto integrado que retrata essa época em sua materialidade e imaterialidade.

Entretanto, há um outro conjunto de bens retratados na clássica paisagem no qual se destacam os canaviais e as aleias de palmeiras imperiais (símbolo da realeza e da aristocracia), compondo um quadro que é/foi, também, simultaneamente material e imaterial. A materialidade vem se perdendo com o desmonte da lavoura canavieira, fruto de suas

sucessivas crises. A imaterialidade ficou registrada em diversos tipos de gravuras e no que ainda está registrado na memória de muitas pessoas. Como exemplo de materialidade e imaterialidade, apresentamos a sede da Fazenda Mato de Pipa (1776-1782), mãe de todas as sedes das fazendas do município e a mais antiga sede de fazenda de todo Norte Fluminense. A força que esta representação de ser a origem de todas as fazendas leva-nos a perceber o quanto de simbólico reside na manutenção desse bem. O estilo arquitetônico, que se assemelha ao bandeirista e ao tradicional estilo colonial brasileiro, lembra-nos o pioneirismo da instalação (função de defesa) e a capacidade de seus donos de estabelecerem domínio sobre vasta extensão da planície campista (ver foto seguinte).

Figura 2. A casa de Mato de Pipa, em Quissamã.



Fonte: Rua, 2003 (Foto: João Rua, 1998).

Outro exemplo de patrimônio cultural no qual o material e o imaterial podem ser bem observados é a casa da Fazenda Quissamã (1826) ainda como uma das primeiras fazendas da região (foto a seguir). A Casa de Quissamã, com suas palmeiras imperiais, tornou-se um dos monumentos mais representativos da época áurea da agricultura da cana-de-açúcar no estado do Rio de Janeiro. Restaurada pela prefeitura, tornou-se um centro cultural.

Figura 3. Casa de Quissamã.



Fonte: Rua, 2003. (Foto: Rômulo Campos, 2000).

Ao fazermos essas referências fotográficas e permanecendo em diálogo com Cruz (2012) pretendemos reiterar a visão de patrimônio cultural prevalecendo até recentemente em Quissamã. Como já observamos, as senzalas pouco representadas estiveram. Algumas permanecem conservadas, como a da Fazenda Santa Francisca, e outra foi restaurada, a da Fazenda Machadinho (cuja sede está em ruínas). Sobre esta última, vale lembrar que a referida senzala foi reconhecida como quilombo em 2006, ganhando com isso uma patrimonialização que outras não obtiveram. Nela residem 80 famílias, cerca de 200 pessoas (foto a seguir).

Figura 4 A senzala da antiga fazenda Machadinho.



Fonte: Rua, 2003 (Foto: Cláudio Azevedo, 2002).

A senzala da Fazenda Machadinho permite-nos retomar as ideias antes apresentadas sobre as relações de poder que atravessam as políticas de patrimonialização. Sobre esse assunto, Melo (2022) apresenta uma provocação, ao indagar “quem deve lembrar e o que deve ser lembrado”. Dentro de um contexto de disputas de narrativas no interior de um município, as memórias e patrimônios em destaque são resultados de escolhas realizadas, na maior parte dos casos, pelos atores hegemônicos que protagonizam o cenário político e econômico local.

O contexto quissamaense reflete bem essa disputa, afinal como já apresentado anteriormente, percebemos a construção de duas narrativas centrais: a primeira até recentemente hegemônica branca de raízes europeias, constituiu-se em um mito fundador de natureza heroica; a segunda, desdobrada da narrativa anterior – mas que por ela foi sobrepujada – baseia-se na história do negro de *kissama* e ganha importância nos interesses políticos locais. Ainda que pareça contraditório, as reflexões sobre as políticas de patrimônio nos evidenciam que esse tipo de antagonismo entre narrativas é bastante comum no processo de patrimonialização do patrimônio, o qual, segundo Cruz (2012, p. 96), está relacionado à “institucionalização de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural, material e imaterial”. No mesmo sentido das disputas políticas, Melo (2022, p. 408), ao destacar o jogo de “políticas da memória”, observa que se trata de um “processo através do qual determinadas memórias são acionadas com o objetivo de estabelecer certas verdades históricas”.

Mesmo que a paisagem canavieira e os casarões nela constantes tenham alimentado a memória e as narrativas tradicionais e formado no primeiro movimento de valorização desse patrimônio pelo turismo, foi a partir da restauração da senzala da antiga Fazenda Machadinho que após uma acentuada estagnação das atividades tradicionais observadas no município de Quissamã e tendo em vista a atual condição da cadeia de petróleo como o centro econômico da região, responsável por um profundo reordenamento espacial na dinâmica local,

os setores políticos, como já visto, parecem ter abraçado o projeto de busca por um resgate da narrativa afrocêntrica.

Entretanto apesar da legitimidade da exaltação das origens negras do município, essa perspectiva política vem sendo posta em ação com base na visão oficial da prefeitura municipal. Segundo os relatos de Melo (2022) não houve participação das populações quilombolas da Fazenda Machadinho na constituição de tal perspectiva. O autor citado chega mesmo a falar de caráter impositivo dessa visão afrocêntrica a qual tornaria homogênea etnicamente a população negra de Quissamã. A respeito desse exercício de poder, tomaremos como exemplo o que vem acontecendo na relação da prefeitura com os quilombolas da Fazenda Machadinho sempre nos baseando nos relatos do autor supracitado.

Como descrito em Melo (2022), a proposta de criação do Memorial da Machadinho, que viria a ocupar uma das casas da antiga senzala, se deu de forma impositiva, elaborado e protagonizado pela elite política quissamaense, em seu projeto de validação do mito fundador do município e seu potencial de transformação em atrativo turístico. A proposta da prefeitura para o memorial era que este apresentasse um caráter museológico, composto por grandes aquários com objetos vindos de Angola, somado a elementos visuais que remetem a uma África “tradicional” e “selvagem”, na qual os moradores quilombolas não se viram representados.

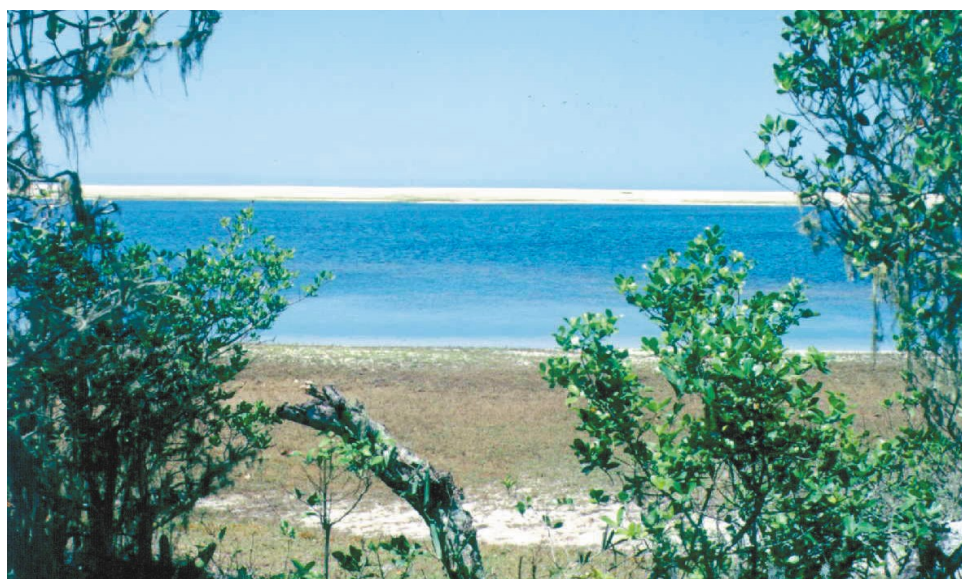
Embora a implementação do Memorial Machadinho tenha sido efetuado de “cima para baixo”, evidenciando as já mencionadas disputas e violências simbólicas, foram ignorados os antigos usos do espaço, subalternizando os sujeitos que deveriam protagonizar sua reorganização. O mesmo autor relata que no dia da inauguração, uma série de transformações não autorizadas foram implementadas pelos moradores do quilombo, evidenciando um ato de resistência em manifestação à forma como o processo foi conduzido. A seguir, esse autor argumenta que não é possível desconhecer a heterogeneidade da origem dos negros escravizados no Norte Fluminense e no município de Quissamã em particular fruto do movimento de migrações forçadas da mão de obra escrava entre as províncias do Império. Questiona, assim, a narrativa oficial das raízes étnicas da maioria da população, atribuídas a um único local da África.

O local de implantação do Memorial foi, por muito tempo, um espaço coletivo de celebração e memória, onde eram realizados encontros e manifestações culturais, consolidado como um espaço relevante para a comunidade. Ao deixar de representar a memória do quilombo, o local tem sua natureza transformada, se tornando um exemplo de como o espaço de representação pode ser apropriado pela representação do espaço oficial, permeada por intencionalidades externas, voltadas para produzir sentidos específicos. A respeito dessa situação de espaços cenarizados, Cruz (2012) escreve que:

As manifestações culturais imateriais e os espaços patrimonializados cenarizados não são mais que a realização concreta de sua prévia representação, promovida por agentes públicos e privados (...). Nesse sentido, exemplificam e alimentam, claramente, o jogo dialético entre representação do espaço e produção do espaço da representação (...) (CRUZ, 2012, p 102-103).

Aí percebemos como a autora sintetiza os movimentos contraditórios efetuados pelos distintos sujeitos sociais/políticos na patrimonialização de bens culturais. Esse jogo complexo, de difícil objetivação, pode ser encontrado, também, quando da definição da Restinga de Jurubatiba ao ser considerada área protegida em 1998. Nessa época, ocorreu um forte movimento para esse reconhecimento, verdadeira patrimonialização de um “objeto natural” (ver foto a seguir), o qual opôs conservacionistas e proprietários de terra. Esses últimos manifestando-se contra a delimitação.

Figura 5. Vista da Restinga de Jurubatiba.



Fonte: Rua, 2003 (Foto: João Rua, 1997).

A área do atual parque vem sendo utilizada economicamente durante séculos como fonte de lenha e de outros tipos de coleta. Para os quissamaenses foi e continua a ser um lugar de forte simbolismo, já que daí se retiram ervas medicinais e frutas como o caju e o cambuí para o fabrico de doces, licores e outras bebidas. Com isso, podemos reforçar a ideia de que tanto os bens culturais quanto os bens naturais encerram materialidades e imaterialidades.

A memória se torna um excelente recurso para a manutenção de “espaços de resistência” pois facilita lidar com a dimensão objetiva dos fatos mas também com o lado subjetivo dos indivíduos que constituem os diferentes grupos sociais. Situações conflituosas, jogos de poder e processos como o de construção da identidade territorial e do sentido do lugar são melhor percebidos quando se utiliza a memória, e sua capacidade de ir ao passado e retorno ao presente, para descortina-los.

Assim, os diversos agentes do processo de reestruturação espacial de Quissamã, desempenham diferentes papéis e apresentam diferentes propostas políticas, que ora se antagonizam ora se complementam. Os usineiros, os grandes proprietários rurais, os médios e pequenos agricultores camponeses, os trabalhadores rurais e urbanos, os quilombolas, a elite intelectual/técnica/burocrática da cidade, constituem segmentos específicos bem definidos e com aspirações, muitas vezes diferenciadas.

Considerações finais

Com este trabalho, buscou-se participar dos debates sobre paisagem e patrimônio e suas interrelações; debate este que não vem sendo efetuado de modo a integrar os componentes de cada sistema. Destacou-se que a abordagem da paisagem como uma totalidade que integra elementos culturais e o chamado quadro natural deveria ser mais frequente na ciência geográfica, enfatizando as interações entre esses dois conjuntos. O mesmo se aplica ao conceito de patrimônio (e ao aludido processo de patrimonialização), que também deve considerar conjuntamente os componentes culturais e naturais.

O processo de transformação espacial no município de Quissamã, na região Norte Fluminense, foi o baluarte sobre o qual tais reflexões – sobre paisagem e patrimônio – foram

efetuadas. Trata-se de transformações que decorrem de diversos fenômenos, os quais se entrelaçam e se resignificam no espaço, em consonância com mudanças nas relações de poder e com as disputas simbólicas ligadas a projetos políticos, ideológicos e identitários que se manifestam neste início do século XXI – especialmente entre as comunidades quilombolas, a administração municipal e os antigos proprietários de fazendas.

A análise revelou que a paisagem, como categoria geográfica, integra elementos materiais e imateriais, culturais e naturais, e deve ser compreendida como uma totalidade dinâmica. A dissociação entre materialidade e imaterialidade se mostra complexa, sobretudo no desenvolvimento de políticas de patrimonialização, nas quais os interesses dos diferentes atores sociais envolvidos tornam-se evidentes. Além disso, as políticas de patrimonialização desempenham papel crucial na revelação e ocultação de memórias e narrativas. Essas políticas, muitas vezes, refletem relações de poder desiguais, que impactam diretamente os processos de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural e natural local.

No município de Quissamã, a patrimonialização do Quilombo Machadinho e a delimitação da Restinga de Jurubatiba exemplificam a importância de considerar o patrimônio como um campo de disputas políticas e identitárias. Essas iniciativas destacam o papel das comunidades locais, mas também apontam para desafios relacionados à imposição de narrativas externas e interesses diversos.

Por fim, reafirmamos que o estudo das interações entre paisagem e patrimônio deve permanecer como um campo de investigação geográfica que privilegie abordagens críticas e multi/transescalares. Assim, será possível avançar na compreensão dos processos de produção do espaço e das múltiplas geografias que emergem de contextos sociais e históricos tão complexos como o de Quissamã.

Referências

- AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 153 p.
- BERQUE, Augustin. Paisagem Marca, Paisagem Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. 123p. p. 84-91.
- BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**. Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.
- CARAVELA INFO. Dados obtidos em [https://www.caravela.info/regional/quissam%C3%A3--rj#:~:text=O%20PIB%20da%20cidade%20C3%A9,agropecu%C3%A1ria%20\(0%2C6%25\)](https://www.caravela.info/regional/quissam%C3%A3--rj#:~:text=O%20PIB%20da%20cidade%20C3%A9,agropecu%C3%A1ria%20(0%2C6%25).). 2024. Disponível em: [https://www.caravela.info/regional/quissam%C3%A3--rj#:~:text=O%20PIB%20da%20cidade%20C3%A9,agropecu%C3%A1ria%20\(0%2C6%25\)](https://www.caravela.info/regional/quissam%C3%A3--rj#:~:text=O%20PIB%20da%20cidade%20C3%A9,agropecu%C3%A1ria%20(0%2C6%25)). Acesso em: 5 dez. 2024.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. 123p.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. 123 p. p.92-123.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 16, n. 2, p. 95–104, 2012.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. Ed. HUCITEC, São Paulo, 2001 [1996].
- DUNCAN, James Stuart. **The city as a text**: The politics of landscape interpretation in the Kandy kingdom. Cambridge, Cambridge University Press, 1990. 243 p.
- DUSSEL, Enrique. Sete hipóteses para uma estética da libertação. **Revista Filosofazer**. Passo Fundo, n. 52, jul./dez. 2019.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Editora Bertrand Brasil, 2014. 319 p.
- LÉFÈBVRE, Henri. **La Presencia Y La Ausencia**: Contribucion a La Teoria De Las Representaciones. México: Fondo de Cultura Económica. 2006. 305 p.
- MACIEL, Caio Augusto Amorim; BARBOSA, David Tavares. Paisagem. **GEOgraphia**, v. 23, n. 50, 14 jun. 2021.
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. São Paulo: Boitempo, 2017. Tradução de José Paulo Netto. 225 p.
- MELO, Ricardo. Quem deve lembrar e o que deve ser lembrado: disputas simbólicas pela memória social no quilombo Machadinha/RJ. **PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, v. 12, n. 22, p. 396-420, 2022.
- NEVES, Rafael; FARIA, Teresa. Impactos da indústria do petróleo e a condição de injustiça ambiental nas cidades pequenas petrorentistas de Carapebus e Quissamã. **GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 18, p. 78-107, 2019.
- RUA, João. **Seguindo novos caminhos**: transformações territoriais e modernização no Município de Quissamã/RJ - uma contribuição para o desenvolvimento local. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. 336 p.
- RUSSELL, Emily W. B. History Hidden in the Landscape. In: **People and Land through Time**: linking ecology and history. New Haven: Yale University Press. 1997, p. 3-18.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A geografia entre a materialidade e a imaterialidade. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 10, n. 2, p. 25-47, 2020.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- SOUZA, Jonas Dias de. **Ecúmeno, paisagem e direito ambiental**: problemáticas geográficas da doutrina e da jurisprudência. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. 206 p.
- UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES (UCAM). Dados obtidos em <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>. Campos dos Goytacazes: UCAM, 2024. Disponível em: <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

Contribuição dos autores

Conceitualização: RUA, J.; AGUEDA, B. C.; SOUZA, G. L.; SIMONI, J. C.; MARINHO, R. S. **Curadoria de dados**: Não aplicável. **Análise formal**: RUA, J.; AGUEDA, B. C.; SOUZA, G. L.; SIMONI, J. C.; MARINHO, R. S. **Aquisição de financiamento**: Não aplicável. **Investigação**: RUA, J.; AGUEDA, B. C.; SOUZA, G. L.; SIMONI, J. C.; MARINHO, R. S. **Metodologia**: RUA, J.; AGUEDA, B. C.; SOUZA, G. L.; SIMONI, J. C.; MARINHO, R. S. **Administração do projeto**: Não aplicável. **Recursos**: Não aplicável. **Software**: Não aplicável. **Supervisão**: Não aplicável. **Validação**: RUA, J.; AGUEDA, B. C.; SOUZA, G. L.; SIMONI, J. C.; MARINHO, R. S. **Visualização**: RUA, J.; AGUEDA, B. C.; SOUZA, G. L.; SIMONI, J. C.; MARINHO, R. S. **Escrita – rascunho original**: RUA, J.; AGUEDA, B. C.; SOUZA, G. L.; SIMONI, J. C.; MARINHO, R. S. **Escrita – revisão & edição**: RUA, J.; AGUEDA, B. C.; SOUZA, G. L.; SIMONI, J. C.; MARINHO, R. S.

Base de dados

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação do conselho de ética

Não se aplica.

Agradecimentos

Não se aplica.
